



PATRICK JUNIOR DE SOUZA

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

LAVRAS – MG

2020

PATRICK JUNIOR DE SOUZA

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA  
FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Pedagogia, para a obtenção do título de Licenciado.

Prof. Dra. Luciana Soares da Silva  
Orientadora

LAVRAS – MG

2020

## Dedicatória

“Rumo ao amor! Não importa qual caminho trilhe  
Não se ilhe, sonho que se sonha junto é o maior louvor”

Criolo

Ao meu amigo de infância Alisson, mais conhecido como Linho, negro, assassinado injustamente, viverá para sempre em meus pensamentos.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus avós, eles que sempre acreditaram em mim sem ao menos entender o que estava acontecendo, eles que nunca estudaram em uma universidade, que me apoiaram absolutamente em tudo que acreditei e acredito, que me deram condições, que me mostrarem que o mundo não está limitado ao aqui e agora, que tem o antes e o depois.

A minha mãe e minhas tias, o núcleo feminino da família que sempre aflorou minha sensibilidade e me ensinaram a olhar sempre além.

A minha pequena família não biológica que construí, Karina, Rodrigo e Zelinschi, que acreditam na educação como rotor de transformações sociais e pessoais, que estão na mesma caminhada que a minha, formaremos uma bela equipe de professores.

A minha orientadora Luciana, que bem no início do curso me deu a oportunidade de ir além das pedagogias tradicionais, que me apresentou um novo leque ao qual nos aprofundamos durante todo o processo de formação, não só acadêmico, sobre tudo pessoal.

As mulheres mais incríveis da UFLA, Thairine, Thai, a minha vida mudou depois que você entrou nela, já perdi as contas de quantas vezes combinamos de casar e morar juntos, de quantas vezes combinamos de conhecer o mundo, e me parece que o momento está chegando. Leticia, Lele, o afronto tem nome, mas é só pra quem vê de fora, você sempre foi mais doce que seus pãezinhos de coco, você que me ensinou a ser passivo agressivo, você que me ensinou que devo defender o que acredito e que minha arte afronta. Marcela, Mah, minha companheira de quase todos trabalhos, Afrodite, deusa do amor, artista multi talentos, ciclista e outras mil qualidades. Milca, Miconha, baiana arretada, mãe de dois filhos maravilhosos, cheia de alegria, topa qualquer ideia, esteve e está sempre comigo, a gente criou uma verdadeira panelinha. Entre tantas mulheres maravilhosas que conheci na Ufla, também agradeço as professoras Jacqueline Magalhães, Larissa Bulhões, Ellen Gonzaga, Aline Dantas e Fernanda Ferrari pela amizade e apoio durante nossas vivencias.

Agradeço a Corporación Universitaria Minuto de Dios pelo acolhimento e ajuda durante meu semestre de intercambio, e a Marcela por ser minha irmã em um país desconhecido.

Agradeço minhas dezenas de amigos e amigas que sempre me apoiaram e de alguma forma me ajudaram chegar até o fim, Sarlem, Marcinho, Tainara, Pedro, Harry y Patrick, Luna, Maíra, Mariana, Renata, Roberta, Léo, Alex, Juliano, Lucas, Thaís, Brenda, Pablo.

Por fim:

“Eu agradeço ao povo brasileiro

Norte, Centro, Sul, inteiro”

## Resumo

O trabalho exposto propõe uma reflexão acerca da formação docente inicial no que tange às relações étnico-raciais. Foi incluído no Currículo Escolar a partir da luta do Movimento Negro, a Lei 10.639/2003 culminando na obrigatoriedade do estudo da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa mesma lei em 2008, foi alterada para Lei 11.645, e se tornou também obrigatória a abordagem da História e Cultura Indígena nas escolas, surgindo a proposta de uma educação voltada para o respeito às diferenças e a inclusão. Ao observarmos as práticas decorrentes dessas leis na escola, notamos que é um tema deixado de lado tanto pela escola quanto pelos professores, uma hipótese levantada foi de que os professores e professoras não tiveram uma formação inicial adequada para o tratamento da questão, surgindo assim a necessidade de verificar as práticas formativas no ensino superior a partir de uma análise documental dos Projetos Pedagógicos de Cursos e constatamos como tem sido uma temática que não chega efetivamente nos cursos de formação.

**Palavras-chave:** Práticas Pedagógicas. Ensino Superior. Inclusão. Projetos Pedagógicos. Análise Documental

## ABSTRACT

The exposed work proposes a reflection of the initial teacher formation with respect to the ethnic-racial relations. Law 10.639 / 2003 was included in the School Curriculum from the struggle of the Black Movement, culminating in the compulsory study of the theme "Afro-Brazilian History and Culture". This same law in 2008 was changed to Law 11.645, and the approach to Indigenous History and Culture in schools was also made mandatory, with the proposal of an education focused on respect for differences and inclusion. When observing the practices resulting from these laws in the school, we noticed that it is a topic aside both by the school and by the teachers, a hypothesis raised was that the teachers did not have adequate initial training to deal with the issue, thus arising the Need to verify the training practices in higher education from a documental analysis of the Pedagogical Projects of Courses and we see how it has been a theme that does not reach training courses.

**Keywords:** Pedagogical practices. University Education. Inclusion. Pedagogical Projects. Documental Analysis

## Sumário

1- Introdução.....	9
2- Relações étnico-raciais.....	10
2.1- Conceitos básicos.....	10
2.1.1– Raça, Racismo, Preconceito e Discriminação.....	11
2.2- O mito da democracia racial.....	12
2.3- A importância do Movimento Negro para a educação .....	13
2.3.1- O Movimento Negro e as leis 10.639/03 e 11.645/08 .....	14
3- Formação de professoras e professores .....	16
3.1- Formação docente inicial.....	16
3.2- Formações docente para as relações étnico-raciais.....	17
4- Metodologia.....	18
5- Análise e discussão dos dados.....	20
5.1- Análise documental dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Universidade Federal.....	20
5.1.1 - Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Biologia (PPC1) .....	20
5.1.2 - Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Educação Física (PPC2).....	21
5.1.3- Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Filosofia (PPC3).....	23
5.1.4- Projeto pedagógico de curso licenciatura em Física (PPC4).....	25

5.1.5- Projeto pedagógico do curso de Letras português/inglês e suas literaturas (PPC5).....	27
5.1.6- Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Matemática (PPC6).....	29
5.1.7- Projeto pedagógico do curso de Pedagogia (PPC7).....	30
5.2- Reflexões e análise dos dados obtidos: .....	32
6- Considerações finais .....	35
Referências .....	36



## **1 - Introdução**

No percurso do processo formativo em Pedagogia, tive a grande sorte e oportunidade de esbarrar com colegas, professoras e professores que ampliaram minha visão de mundo e sociedade. Dentre os temas, assuntos e áreas expostos, relações-étnico raciais e indígena sempre foi o que mais me chamou atenção e me interessei, considerando todas minhas vivências passadas e observações nos anos escolar.

No início da graduação, participei da Iniciação Científica (IC) na qual, progressivamente me dediquei estudar sobre a temática, em um primeiro trabalho, analisamos como são pautadas as práticas de relações étnico-raciais no Ensino Médio de uma Escola Estadual de Lavras em meio à inserção e determinação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Naquele momento, verificamos se o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Regimento Escolar e os Planos de Aulas (História, Língua Portuguesa, Sociologia, Filosofia e Arte) da unidade escolar de Ensino Médio abordavam as relações étnico-raciais e indígenas e, constatamos que havia pouca menção nos planos de aulas dos professores acerca da temática. Notamos uma grande falta de atenção e consideração ao trato das questões étnico-raciais e indígenas nos documentos legais, notamos também a grande reprodução de vozes nos discursos pedagógicos como a do Governo Estadual e do próprio Conteúdo Básico Comum (CBC), que são perpetuadas nos documentos legais que garantem o funcionamento das instituições de ensino.

Uma das hipóteses levantadas para tal falta de atenção a temática foi que as professoras e professores daquela instituição de ensino não tiveram uma formação docente inicial voltada para as questões étnico-raciais e indígenas. Por essa razão, surge a necessidade de verificar as práticas formativas nos cursos de licenciatura de uma universidade federal, a fim de analisar como são construídas no discurso pedagógico as discussões sobre as relações étnico-raciais e indígenas, especialmente nos cursos de licenciatura oferecidos por essa universidade.

O presente trabalho tem por objetivo geral desenvolver atividade reflexiva sobre a formação docente inicial acerca da educação para as relações étnico-raciais, determinadas pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, verificando como uma Universidade Federal traz à tona a temática das relações étnico-raciais em seus projetos pedagógicos de curso,

contribuindo para a formação de professoras e professores antirracistas e inclusivos. Por objetivos específicos, o trabalho pretende conceituar termos que fundamentam a discussão étnico-racial para uma melhor análise dos documentos legais e, compreensão das dimensões curriculares que a Universidade constrói ao longo do processo formativo de professoras e professores.

Destacamos também o atual momento de formação e dificuldade, estamos vivendo uma pandemia histórica, reclusão social e distanciamento, com isso a universidade e as escolas se fecharam por esse período, propondo atividades de estudo e pesquisa a distância, criando novos contextos e novas formas de aprender ensinar.

O trabalho se organiza em um primeiro momento, na fundamentação teórica conceituando as relações étnico-raciais a partir de estudos de Brasil (2001), Gomes (2005) e Moore (2007). Os termos: Raça, Racismo, Preconceito e Discriminação a partir de estudo de Almeida (2018). O mito da democracia racial embasado nos estudos de Gomes (2005), Moore (2007), Munanga (2001) e Valle (2017). A importância do movimento Negro para a educação a partir de Gomes (2011), Gomes (2017) e Silva (2007). A apresentação das leis 10.639/03 e 11.645/08 a partir de Brasil (2003), Gomes (2011) e Moore (2007). Ainda na fundamentação teórica, no tocante a formação de professoras e professores, nos embasamos nos estudos de Brasil (2019), IBGE (2018), Gatti (2016) e Nóvoa (2019).

Seguindo com a metodologia do trabalho, trata-se de um trabalho qualitativo, optamos em trabalhar com a análise documental a partir de Godoy (1995), Knechtel (2014) e Pimentel (2001). Finalizamos com a análise e discussão dos dados obtidos a partir da leitura dos projetos pedagógicos de cursos e, por fim as considerações.

## **2- Relações étnico-raciais**

### **2.1 – Conceitos básicos**

A diversidade humana no quesito características físicas sempre esteve presente nas relações sociais no Brasil, desigualdades e discriminações referentes à cor de pele e etnia determinam o lugar na sociedade e no mercado de trabalho, um estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), chamado retratos da desigualdade de gênero e raça, complementa que: “as desigualdades de gênero e raça constituem um importante fator de agravamento das condições de precariedade e exclusão em que vive

uma grande parcela da população.” (BRASIL, 2011, p.11), de acordo com o estudo grande parte dessa população é negra, em 1995, 44,9% dos brasileiros se declaravam negros e, em 2009 subiu para 51,1%.

A importância e compreensão de teorias e conceitos sobre as relações étnico-raciais, podem auxiliar na análise e descrição de conflitos e preconceitos construídos historicamente em nossa sociedade, que decorrem da problemática da diferença e do não reconhecimento das etnias que contribuíram para o desenvolvimento social e cultural de nosso país. As questões que envolvem a temática de relações étnico-raciais no Brasil vêm se mostrando como é um conteúdo difícil de ser abordado e aplicado nos mais diversos campos dos estudos e da sociedade, Gomes (2005) ao definir alguns conceitos presente no debate sobre relações étnico-racial, nós apresenta a ideia de etnocentrismo, que diferente do racismo está associado a superioridade que uma cultura tem sobre a outra, imediatamente a sociedade evita falar sobre a temática étnico-racial e busca converter os valores dessa cultura, recusando a diferença e exaltando padrões dominantes.

Existe uma grande confusão em relação ao que é raça e racismo, Moore (2007) define que o conceito de raça se desenvolve a partir de critérios morfológicos e físicos, vindo da biologia, por exemplo, a cor da pele ou a textura do cabelo se tornam objetos de classificação. Já o racismo, é o pré-julgamento de um grupo humano, diferencia as pessoas por elemento morfológico e físico de sua raça, essa diferença contribui para construir formas de discriminação que se constituem como um dos elementos chave e mais cruel do racismo, ainda acrescenta que “ [...] é o racismo que gera os piores e mais violentos tipos de preconceito. Dentre eles, o mais profundo e abrangente é a noção da inferioridade e superioridade racial inata entre os povos. ” (p.280). Vai ser a partir do debate e do reconhecimento da existência do problema que iremos começar a enfrentá-lo, buscando bases legais que assegure e visibilize que todas as pessoas tenham acessos igualitários e democráticos aos diversos campos da sociedade, principalmente no campo da educação.

### **2.1.1 – Raça, Racismo, Preconceito e Discriminação**

Ampliando mais sobre o tema, o filósofo e professor Silvio de Almeida em seu livro, *O que é racismo estrutural?*, aponta aspectos importantes para a discussão e conceituação do termos e conceitos. Define que raça historicamente esteve ligada a classificações, primeiro classificavam plantas e animais, depois começaram a classificar

os seres humanos em diferentes categorias (ALMEIDA, 2018), logo o termo raça se traduz como uma característica “étnico-cultural”, será associada a origens, religiões e costumes. Mais do que classificar os seres humanos, essa lógica serviria “como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a destruição de povos nas Américas, da África, da Ásia e da Oceania.” (ALMEIDA, 2018, p.22) características essas que são preservadas até os dias atuais, ocasionando na prática do racismo. O autor ainda afirma que a noção de raça é um fator político, utilizado para naturalizar o preconceito, o racismo e a segregação étnica.

Ao abordar o tema racismo, o autor o classifica como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas consciente ou inconsciente que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.” (ALMEIDA, 2018, p. 25) resultando em segregações e negação de oportunidades para esses grupos.

O termo preconceito é “baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.” (ALMEIDA, 2018 p. 25) como exemplo temos a associação de grupos negros a violências e, de grupos indígenas a não intelectuais ou excluídos da sociedade urbana. Já a conceituação de discriminação pelo autor “é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.” (ALMEIDA, 2018 p. 25). A discriminação tem como característica fundamental o poder, alguém sempre vai ditar o que é certo ou errado, também iremos encontrar o discurso de harmonia racial, que vivemos em um país que sabe lidar com as diferenças, trataremos desse assunto no tópico seguinte.

## **2.2- O mito da democracia racial**

O mito da democracia racial vem sendo abordado há muitos anos no Brasil, desde os anos 30 quando Gilberto Freire escreveu Casa-Grande & Senzala, onde reforça e afirma a imagem de um país sem racismo e preconceito como observado nos estudos de Valle (2017). De acordo com Munanga (2001), a população não acreditava na existência de diferentes tratamentos quanto a negros, brancos, índios e qualquer tipo de miscigenação. Raça, racismo e preconceito foram e são temas deixados de lado pela sociedade e pelas escolas,

resultando em uma negação cultural e reproduções estereotipadas de qualquer padrão que fugisse do branco.

Gomes (2005), em um estudo que apresenta termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, acrescenta que durante muito tempo construiu-se a ideia de um discurso de harmonia racial entre negros, brancos, indígenas e outras etnias, mas estatisticamente não é isso que observamos. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios publicada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 55% da população se autodeclaram pardos e pretos, e ainda, outro estudo do IBGE, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil publicado em 2019, aponta que na educação os negros tem a maior taxa de analfabetismo, na casa dos 9,1% comparado a 3,9% dos autodeclarados brancos. No mercado de trabalho ocupam menor número de cargos gerenciais, sendo 29,9% enquanto 68,6% são ocupados por brancos. No quesito de pessoas abaixo da linha da pobreza com renda inferior a US\$ 5,50 por dia, ocupam 32,9% enquanto os brancos 15,4%. A taxa na representação política entre os deputados federais eleitos em 2018 está em 24,4% para pretos e pardos enquanto os brancos e outras etnias ocupam 74,6% dessa posição.

Para Moore (2007), o racismo nada mais é do que uma ampla ignorância e indecência da sociedade e só pode ser vencido com a ajuda da educação, tendo a escola como principal espaço de desconstrução e resistência e, do Movimento Negro, que abordaremos sua importância no próximo tópico.

Nesse sentido, compreender a dimensão de uma falsa democracia racial torna o debate das relações étnico-raciais na educação uma problemática a ser analisada e superada.

### **2.3- A importância do Movimento Negro para a educação**

O Movimento Negro no Brasil vem apontando que a ideia de democracia racial não passa de uma farsa criada no imaginário popular, esse movimento é o responsável por exigir medidas políticas e ações afirmativa voltadas ao grupo que foi e é excluído da sociedade historicamente, especialmente no campo da educação. De acordo com Silva (2007), por volta dos anos de 1920 e presente até os dias atuais, um dos meios pelo qual se disseminava representações negativas dos negros na sociedade era a escola, se encontravam nos livros didáticos dos níveis primários textos altamente preconceituosos

sobre os indígenas e negros, criando estereótipos negativos que são manifestados até os dias atuais.

Para Gomes (2017, p. 24), o caráter educador do movimento se dá de forma “que constrói, sistematiza, articula saberes emancipatórios produzidos pela população negra ao longo da história social, política, cultural e educacional brasileira”. Nas instituições escolares, a discriminação se torna um fator seletivo, tendo o silenciamento como o meio pelo qual essa ignorância vem se expressando, cultivando e propagando o mito da democracia racial, o silêncio não quer dizer um desconhecimento do assunto e sim uma ignorância construída historicamente.

Com o objetivo de resgatar e valorizar a colaboração que os negros e os indígenas trouxeram nas áreas sociais, econômica e política pertinentes à história do Brasil, o Movimento Negro se organiza e faz muita pressão nos governantes e partidos, em especial nas décadas de 80 e 90, como acrescenta Gomes (2011), para que se tenham maior atenção ao modo como se vem desenvolvendo a ideia de democracia e direitos iguais a todos os cidadãos brasileiros. Nesse sentido de pressão e luta, vem as vitórias, surgem duas leis muito importantes para o cenário das relações étnico-racial na educação e apresentaremos essas.

### **2.3.1 - O Movimento Negro e as leis 10.639/03 e 11.645/08**

O Movimento Negro, reconhecido nacionalmente e muito importante nas lutas por direitos, aponta a educação como a estratégia mais importante no desenvolvimento do processo de produção de conhecimento sobre sua identidade, dentro do sistema educacional, nos anos 90, as pressões do movimento foram atendidas de forma vagarosa, inserindo o tema transversal de Pluralidade Cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais, mas sem muitas explicitações de como se devem ser trabalhados ou aplicados, não houve resultados de algum tipo de melhoria em relação a superação do racismo nas escolas. No dia 9 de janeiro de 2003, é consolidada uma política pública a partir da luta que reconhece o direito e atende a necessidade de se falar e expor sobre os até então excluídos e silenciados da nação, a lei 10.639/03 (BRASIL. LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.) Que diz: Os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-

Brasileira. Posteriormente ele se expande e se torna a Lei 11645/2008 que inclui os indígenas.

Para Gomes (2011), a lei 10.639/03, O Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana juntamente com o Parecer CNE/CEB nº 14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015 que inclui a temática indígena, incorporam garantia para uma educação pluralista e o direito as diferenças, além de ser instrumentos legais que orientam sua aplicação e organização.

Dentro das escolas já existe uma imagem sobre África e Indígenas, uma imagem generalizada, folclorizada e estereotipada, a lei vem para erradicar ou diminuir essas formas de preconceitos raciais e mudar a perspectiva curricular eurocêntrica de que o padrão branco é o dominante, a religião ocidental é a única e assim, promover as culturas Afro-brasileiras e Indígenas, com seus modos e costumes de ser e viver, de construir cultura.

Sendo uma lei pioneira, ela vem mudando o pensamento da população, e Carlos Moore agrega que:

“ Se aplicada com o requerido vigor e rigor, essa medida poderia ter um impacto permanente nas consciências das gerações vindouras. A implementação dessa Lei pioneira abriu uma nova porta para a sociedade inteira reavaliar as bases da fundação do Brasil, como entidade histórica nos tempos modernos, e reconsiderar as relações étnico-raciais nele travadas. Desse modo, poder-se-ia enxergar a Nação brasileira por meio da experiência da população que conforma hoje a metade do País, e não somente, como até então vinha acontecendo, por meio da experiência da população brasileira de origem europeia” (MOORE, 2007, p. 27).

Percebemos que desde sua implementação em 2003, já estamos colhendo alguns resultados positivos, de forma lenta nas escolas como observamos em práticas diárias. Devemos tratar esse tema não apenas na sala de aula, e sim em todas esferas sociais e política da sociedade. Nesse panorama, a parceria entre escolas e universidade também se apresenta como uma estratégia para a subversão dessas realidades, onde as escolas podem propor uma formação continuada para os e as professoras já em exercício, e a universidade se comprometer com a formação de professoras e professores comprometidos em aplicar essas leis, como ato político, assumindo o compromisso de não repercutirem discriminações.

### **3- Formação de professoras e professores**

#### **3.1- Formação docente inicial**

Diante das questões suscitadas pelo movimento negro em relação as leis federais, a preocupação com a formação inicial de qualidade para os licenciandos (as) é um tema relevante para reflexão do nosso trabalho e, para o atual momento em que observamos e vivenciamos tamanha desigualdade sociocultural e racial presente na sociedade brasileira. Como observado nas estatísticas obtidos e apontadas pelo IBGE de 2018 e 2019 citadas no tópico da democracia racial, o tema relações étnico-raciais torna-se emergente para repensarmos o modo como nossas práticas construídas ao longo de nossa formação vêm nos tornando professoras e professores emancipados e inclusivos. Gatti (2016) aponta que as ações educacionais de formação de professoras e professores, colocam-se entre propiciar a transformação ou exacerbar a exclusão, nesse aspecto, ter uma boa formação condiz em ser o responsável em associar os conhecimentos pedagógicos com a realidade ali presente, ou seja, propiciar a transformação e a inclusão enquanto professora e professor no espaço escolar.

No que diz respeito às condições de trabalho e ao cenário, a professora Gatti (2016) acrescenta que “o salário é relativamente baixo e quase não há perspectivas de se agregar mais valor a ele durante os anos de exercício profissional” (p.167). A carreira não se mostra compensatória, até existe exceções onde alguns estados e municípios valorizam mais que outros a carreira, mas em geral não são grandes diferenças. Tendo uma má valorização salarial e profissional, acaba por se tornar uma profissão não atrativa no atual momento.

O Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), traz características relevantes para a comunidade civil e acadêmica de como tem sido os processos formativos no ensino superior. Nesse documento, podemos obter dados sobre o processo de formação de professoras e professores, informações relevantes como que o número de alunos(as) matriculados em licenciatura nos cursos a distância é maior que o número de matriculados em cursos presenciais; o número de alunos(as) matriculados em instituições privadas é maior do que o de alunos(as) matriculados em instituições públicas; e, os cursos de



licenciaturas tem menos número de concluintes em relação aos cursos tecnológicos e bacharelados. Informações essas que refletem sobre a qualidade do ensino, o tipo de profissional que se tem formado e a demanda de interesse em ser professora e professor.

Gatti (2019) aponta avanços em torno da formação de professoras e professores nos últimos 15 anos, em seu estudo, Professores do Brasil: novos cenários de formação, destaca informações pertinentes como o aumento do financiamento público para a formação de professores nos cursos de licenciatura, o reconhecimento de direitos das populações historicamente marginalizadas incluindo temáticas étnico-raciais nos currículos, o crescente número de estudantes que se matriculam no curso de pedagogia e, que as novas diretrizes de formação de professores vem considerando em sua formulação os contextos sociais e culturais que permearão o trabalho docente.

O período inicial da profissão docente é o tempo decisivo para estabelecer a conexão entre a universidade\teoria e a escola\realidade, Nóvoa (2019) caracteriza como identidade docente, momento da profissão em que se destaca a importância do contato e responsabilidade da escola e dos professores e professoras veteranas quanto ao acolhimento e acompanhamento dos recém chegados. Mesmo com grandes avanços e pesquisa na área de educação e formação docente, o autor (2019) ainda aponta três razões que vem dificultando a proposta de uma formação consolidada de qualidade:

- o silêncio das instituições universitárias de formação de professores, que pouca atenção têm dedicado a este período, considerando que o seu trabalho fica concluído com a entrega do diploma de conclusão do curso de licenciatura;
- o silêncio das políticas educativas, que não têm conseguido definir os necessários processos de escolha dos candidatos ao magistério, de acesso à profissão e de acompanhamento dos jovens professores nas escolas;
- o silêncio da própria profissão docente, isto é, dos professores em exercício, mais experientes, e que deveriam assumir um maior compromisso com a formação dos seus jovens colegas. (NÓVOA, 2019, p.200- 201)

Pensando nas questões apresentadas, fica evidente o descaso que nós, novos e futuros professoras e professores carregamos durante nossa formação e conclusão de curso, a falta de incentivo e valorização também são fatores que degradam e nos desestimulam nesse processo. Quando notamos avanços ou benefícios, esses são limitados e de escala pequena.

### **3.2 Formações docente para as relações étnico-raciais**

As relações étnico-raciais na educação têm sido um dos maiores desafios a serem superados entre as educadoras e educadores de hoje, mesmo o Brasil sendo um país plural

e multicultural, o sistema educacional tem sofrido sérias dificuldades em lidar com essas relações presente no cotidiano escolar como mencionado por Gomes (2008) em que, de modo geral essas discussões não têm conseguido ocupar um lugar relevante nos currículos. Isso se dá tanto pela falta de interesse das professoras e professores, quanto por parte de suas formações, em que as universidades não contemplam determinados temas que perpassam as relações étnico-raciais.

Desde o ano de 2003, quando entra em vigor a lei 10.639/2003, que incluiu obrigatoriamente o estudo de “História e Cultura Afro-Brasileira” nas escolas e que posteriormente foi alterada pela lei 11.645/08 abrangendo e tornando obrigatório a abordagem de História e Cultura Indígena nos currículos educacionais, conseqüentemente essa temática deve ser movida para o processo de formativo e continuado.

Gomes (2008) afirma que muitos grupos de professores e professoras partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela representações positivas da população afro-brasileira e indígenas, chega-se a entender que é necessária uma atenção rápida e ampla a essa discussão, com o intuito de tornar o processo formativo um espaço de discussão e conhecimento de temáticas inclusivas, buscando novas práticas para o cotidiano escolar.

Quando Gatti (2016) fala sobre a professor e professor ter o papel de promover a transformação ou a exclusão é nesse ponto que devemos refletir, estamos nos formando para ser mais um e uma a perpetuar velhos conhecimentos e estereótipos ou, estamos aberto a aprender e conhecer muito do que foi negado durante séculos? Essa é a importância de se tratar das relações étnico-raciais na formação docente inicial, resgatar saberes, ser inclusivos, possibilitar direitos, conhecer novas formas de ver nossa sociedade e a história. Cabe a nós licenciados/as assumir uma “identidade docente”, termo utilizado por Nóvoa (2019), para nos responsabilizarmos e assumirmos o compromisso de sermos profissionais antirracistas, que mesmo falhando no processo de formação, tenhamos empenho em buscar a aprender.

#### **4-Metodologia**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como base metodológica de pesquisa análise documental, que busca em específico, uma possível identificação de

informações relevantes referente as relações étnico-raciais incluídas nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) de licenciaturas em uma Universidade Federal, situada no Sul de Minas Gerais. A partir de uma abordagem qualitativa, se preocupa em aprofundar e analisar fenômenos sociais e como as pessoas ou instituições lidam com esses fenômenos em seu dia a dia, buscando uma possível relevância de informações que aumente o nível de conhecimento do problema e, uma possível reflexão sobre a abordagem do problema.

Godoy (1995) afirma que o método de pesquisa qualitativa permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores e investigadoras a propor trabalhos que explorem novos enfoques das dinâmicas inseridas no meio social, aqui em específico, como a universidade vem organizando seus currículos de forma a agregar as relações étnico-raciais como um tema de grande importância para a formação de futuros docentes.

O procedimento metodológico de pesquisa documental ao ser elaborado e desenvolvido deve considerar três pontos de extrema importância para sua execução que segundo Godoy (1995) são: a escolha dos documentos, o acesso a eles e sua análise.

A primeira etapa da análise se dá pela escolha dos documentos, esses documentos são os PPC's, documentos de caráter público e oficial, o acesso a eles é livre para toda comunidade interessada e está disponível em formato *.pdf* no portal institucional.

Nos pressupostos de Godoy (1995), as três fases fundamentais para a etapa de análise são: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Importante pensar que os fenômenos e informações analisados na pesquisa, são de cunho social e sempre são complexos, vem carregados de um contexto histórico, em uma ênfase política. Apontamos ainda que a metodologia de pesquisa de análise documental apresentada por Knechtel (2014) dispõe de vantagens como uma fonte rica e segura que se adequa para diferentes estudos e perspectivas.

Na pré-análise da pesquisa documental, realizamos uma leitura preliminar de todos documentos e começamos a filtrar o tema, realizando o que Pimentel (2001) chama de "garimpagem", considerando que são documentos disponíveis *on-line*, filtramos os termos: discriminação, étnicos raciais, preconceito, diversidade, africanos e indígenas, lei 10.639/03 e 11.654\08 usando o comando de localizar palavras dentro dos documentos em formato *.pdf* nos PPC's, obtidos no portal (site) de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino da universidade em questão, no período de Fevereiro e Março de 2020, sendo esses PPC's atualizados e em atual vigência.

A seguir na exploração do material, apresentamos informações e dados obtidos no mapeamento dos PPC's das licenciaturas, destacando pontos e características que perpassam o tema, relações étnicas raciais, filtrando: discriminação, étnicos raciais, preconceito, diversidade, africanos e indígenas, lei 10.639/03 e 11.654\08.

O tratamento dos resultados se dará de modo expositivo, nosso trabalho não busca especificamente uma solução para a problemática, mas sim encontrar pontos e características dentro das políticas institucionais de cursos no tocante a relações étnico raciais e como esses cursos vem se organizando a partir das leis federais para uma possível discussão.

Outro ponto importante a se considerar é a questão de que se trata de uma análise sigilosa, logo nos fragmentos a seguir quando citado o nome da universidade, ele será ocultado.

## **5- Análise e discussão dos dados**

### **5.1- Análise documental dos Projeto Pedagógico de Curso (PPC) da Universidade Federal**

#### **5.1.1 - Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Biologia (PPC1)**

Este projeto foi elaborado no ano de 2018, a partir das bases legais e diretrizes curriculares nacionais para o curso de Ciências Biológicas visando atender às demandas estruturais que caracterizam o curso de Ciências Biológicas – Licenciatura.

#### **1º FRAGMENTO**

3- Organização didático-pedagógica

3.2- Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

3.2.1- Política institucional para o Ensino na Graduação

Os princípios pedagógicos adotados na [REDACTED] se articulam com uma concepção de universidade “aberta”, “onde o conjunto de saberes científicos e culturais se articula entre si com a perspectiva de inovar na solução dos problemas e necessidades que se apresentam como desafios aos pesquisadores e docentes desta instituição. [...]. Nesse sentido, tem-se investido:

- no atendimento às diretrizes legais para uma formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a questão da sustentabilidade, da diversidade cultural, dos direitos humanos e de inclusão social;

#### **2º FRAGMENTO**

3.2.4- Política de extensão e cultura

[...] a Instituição, de modo especial, por meio de Pró-reitoria de Extensão, em conjunto com várias entidades, agências de fomento e de órgãos setoriais, tem se pautado na busca de ações que visam a garantir a excelência nas interações com a comunidade e na socialização dos conhecimentos produzidos, na prestação de serviços etc. Para tal, inúmeros ações têm sido fomentadas e implementadas, entre as quais se destacam:

- Projetos e eventos relacionados à valorização da **diversidade cultural**, com vistas à promoção de interações culturais e artísticas entre membros da comunidade acadêmica e local

### 3º FRAGMENTO

#### 3.6- Conteúdos Curriculares

[...] Os Projetos Integradores em Ciências Biológicas I e II tratam dos conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das **relações étnico-raciais** e para o ensino de **história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Os Projetos Integradores têm como objetivo básico dar ao licenciando uma visão integrada das diversas disciplinas do curso, dos conhecimentos de sua vivência no ensino básico e do seu futuro profissional como docente. [...]

### 4º FRAGMENTO

#### 3.11- Apoio ao discente

PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional O programa tem o objetivo de: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; elevar a qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; estimular o espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e, contribuir com a política de **diversidade** na instituição de ensino superior (IES), por meio de **ações afirmativas** em defesa da equidade socioeconômica, **étnico-racial** e de gênero.

### 5º FRAGMENTO

#### 6- Requisitos legais e normativos

6.2- Diretrizes Curriculares Nacionais para **Educação das Relações Étnico-Raciais** e para o **Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas **Leis Nº 10.639/2003** e Nº **11.645/2008**, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.

A abordagem em **Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena** no curso de Ciências Biológicas – Licenciatura se dá por meio dos Projetos Integradores em Ciências Biológicas – Licenciatura I e II, componente curricular obrigatório que consta na matriz curricular do curso e da disciplina eletiva GDE189 - Cultura Afro e Indígena.

O PPC1 em seu primeiro destaque trata da questão didática pedagógica, dentro das políticas institucionais da instituição encontramos os componentes curriculares que contemplam as questões de diversidade e cultura de um modo geral. Outro destaque observado se dá a partir da Pro Reitoria de Extensão que se compromete com o trato a questão\relação das diversidades culturais. Dentro dos conteúdos curriculares, observamos os projetos integradores, de modo transdisciplinar se propõem a trabalhar relações étnico-raciais, história e cultura afro brasileira, africana e indígena. No que diz

respeito ao apoio ao discente, a universidade tem o Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI), que garante e contribui em afirmar questões ligada a diversidade, ações afirmativas na universidade e as questões étnico-raciais. Por fim, nos requisitos legais e normativos do documento, aponta a aplicação das diretrizes nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira, africana e indígena contemplado com a disciplina eletiva GDE189 - Cultura Afro e Indígena.

### 5.1.2 - Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Educação Física (PPC2)

Esse projeto foi idealizado no ano de 2017, atendendo às determinações da Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, e os documentos que compõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura em Educação Física.

#### 1º FRAGMENTO

- 1- Dimensão: organização didático-pedagógica
- 1.3- Políticas institucionais no âmbito do curso
- 1.3.1- Política institucional para o Ensino na Graduação
- [...]

Nessa direção, a Instituição, de modo especial, por meio da Pró-Reitoria de Graduação, tem buscado pautar suas ações conceitualmente e pedagogicamente em uma política fundamentada na promoção de práticas para a garantia da excelência das atividades de ensino. Nesse sentido, tem-se investido: [...]

- no atendimento às diretrizes legais para uma formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a questão da sustentabilidade, da **diversidade cultural**, dos direitos humanos e de inclusão social,

#### 2º FRAGMENTO

- 1.3.4- Política de extensão e cultura
- [...] Para tal, inúmeros ações têm sido fomentadas e implementadas, entre as quais se destacam:
  - projetos e eventos relacionados à valorização da **diversidade cultural**, com vistas à promoção de interações culturais e artísticas entre membros da comunidade acadêmica e local,

#### 3º FRAGMENTO

- 1.7- Conteúdos curriculares
- [...]
- Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a **diversidade** nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:
  - I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

[...] c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a **diversidade social e cultural** da sociedade brasileira;

[...] II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

[...] b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a **diversidade social e cultural da sociedade brasileira**;

#### 4º FRAGMENTO

##### 1.13- Apoio ao discente

[...] além de atividades de esporte e lazer e ações de acessibilidade, **diversidade e diferenças**.

Entre as diversas iniciativas de apoio permanente aos estudantes, destacam-se as seguintes:

[...]

PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional

O programa tem o objetivo de: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; elevar a qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; estimular o espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e, contribuir com a política de **diversidade** na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, **étnico-racial** e de gênero

Na leitura do PPC2, os primeiros destaques referenciados também dizem respeito às políticas institucionais para o ensino na graduação, assegurando a diversidade cultural como princípio da universidade, e assim como o PPC1 as políticas de extensão e cultura também asseguram a diversidade cultural. No tocante aos conteúdos curriculares, o projeto aponta núcleos de estudo e aprofundamentos, que auxiliaram nos processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira. De modo geral, todos PPC's contemplarão o Programa de Educação Tutorial Institucional (PETI). Destaco ainda que nesse documento não são citadas as leis federais 10.639\03 e 11.645\08, quando se busca a matriz curricular é possível encontrar como disciplina eletiva GDE208 Cultura Indígena e Afrobrasileira.

#### 5.1.3- Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Filosofia (PPC3)

O Curso de Licenciatura em Filosofia foi proposto no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), inserindo-se, juntamente com o Curso de Licenciatura em Letras, no projeto de criação do Departamento de Ciências Humanas, contemplando a lei 11.684 de 02/06/2008, que torna obrigatório a disciplina nos currículos do Ensino Médio apresentando um aumento expressivo nas oportunidades profissional para os futuros professores, o presente PPC analisado se trata de uma versão elaborada em 2013.

### 1º FRAGMENTO

#### 2. Atividades do Curso

##### 2.9. Eventos técnico-científicos

[...]. Outro evento multidisciplinar importante para os licenciandos em Filosofia é ofertado a cada três anos pela área de Sociologia do DCH da [REDACTED], sobre a temática **“Relações Étnico-raciais”**, de forma que se configura como atividade do Curso, como um dos meios institucionais de cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para **Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**.

### 2º FRAGMENTO

#### 3 - Disciplinas Eletivas

##### 3.2 Eletivas de outras áreas

Atualmente, as eletivas de outras áreas disponibilizadas aos alunos de Filosofia são as seguintes: “[...], **“Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”** <sup>6</sup>, [...]”.

Nota de rodapé:

<sup>6</sup> Importante ressaltar que este projeto pedagógico considera a Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino da cultura e da história afro-brasileiras e inclui, no calendário escolar, o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, bem como as **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP No 1 de 17 de junho de 2004)**. Apesar desta discussão temática ter um caráter transdisciplinar, podemos destacar a disciplina **“Literaturas Africanas de Língua Portuguesa”**, entre as disciplinas eletivas que contemplam mais diretamente a temática.

### 3º FRAGMENTO

#### 4- Disciplinas pedagógicas

[...] Pretende-se alcançar, assim, a aproximação do licenciando com a realidade da escola e do país – o que inclui necessariamente o tratamento de temas transversais (Parecer CNE/CP 9/2001) – e com a reflexão adequada para a lida com o ambiente concreto de formação dos alunos do Ensino Médio e para a adoção de linhas pedagógicas que permitam alcançar os objetivos de aprendizagem inclusive no que diz respeito ao cultivo da cidadania<sup>7</sup>.

Nota de rodapé:

<sup>7</sup> Podemos destacar a disciplina, “Escola e Currículo, Política e Planejamento Educacional”, entre as disciplinas pedagógicas, como a que contempla mais diretamente o ensino da cultura e da **história afrobrasileiras, conforme a Lei nº**



**10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP No 1 de 17 de junho de 2004).**

No PPC3, as primeiras questões destacadas estão inseridas no âmbito das atividades de curso, a cada 3 anos é organizado um evento multidisciplinar onde os temas relações étnico raciais trabalhando e estudado em cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. No que tange as disciplinas do curso, se destaca ‘ ‘ Literaturas africana de língua portuguesa’ ’ contemplando a lei 10.639\03. No referente a disciplinas pedagógicas, uma aborda a temática dentro dos conteúdos mas não é específica. Apontamos que o projeto aborda somente a lei 10.639\03, o trato as questões indígenas não foram citadas de modo explícito.

#### **5.1.4- Projeto pedagógico de curso licenciatura em Física (PPC4)**

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Física estruturado em 2018, fundamenta-se nas determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, dos documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), que compõem as bases legais e as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e, de modo mais específico, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores, Resolução nº 02 de 01 de julho de 2015.

#### **1º FRAGMENTO**

2- Contexto Educacional

2.3- Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

2.3.1- Política Institucional para o Ensino na Graduação

[...] tem-se investido:

- no atendimento as diretrizes legais para uma formação cidadã, por meio de componentes curriculares que contemplem a questão da sustentabilidade, da **diversidade cultural**, dos direitos humanos e de inclusão social,

#### **2º FRAGMENTO**

2.3.3- Política de Extensão e Cultura

[...] inúmeras ações têm sido fomentadas e implementadas, entre as quais se destacam:

- projetos e eventos relacionados à valorização da **diversidade cultural**, com vistas à promoção de interações culturais e artísticas entre membros da comunidade acadêmica e local,

### 3º FRAGMENTO

#### 2.5- Objetivos do Curso

##### 2.5.2- Objetivos Específicos

Com o compromisso em formar um profissional atualizado em seu tempo, o curso de Licenciatura em Física da [REDACTED] tem como objetivos específicos:

[...] • Formar profissionais competentes para uma atuação crítica e inovadora no ensino médio, capazes de trabalhar com a **diversidade**, propor atividades de enriquecimento cultural, aprimorar práticas investigativas, elaborar e executar projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares visando a aprendizagem dos seus estudantes.

### 4º FRAGMENTO

#### 2.6- Perfil Profissional do Egresso

[...] espera-se que os egressos do curso de Licenciatura em Física [...]:

- Trabalhem com **diversidade**, tanto dentro quanto fora de sala de aula;

[...] • Atividades de identificação e administração da **diversidade** existente entre os alunos na sala de aula;

### 5º FRAGMENTO

#### 3- Atividades Acadêmicas

##### 3.2- Projetos Integradores

Os Projetos Integradores têm como objetivo básico dar ao licenciando uma visão integrada das diversas disciplinas do curso, dos conhecimentos de sua vivência no ensino básico e do seu futuro profissional como docente. [...]. Dentro dos projetos integradores do Curso de Licenciatura em Física serão abordados, através do uso da metodologia por projetos, os temas transversais tais como: **diversidade**, sexualidade, meio ambiente e sociedade, interdisciplinaridade, e outros relevantes para a formação docente.

No Projeto Integrador II, o foco é o estudo e discussão da diversidade, gênero, **etnia** e direitos humanos. Serão trabalhadas as diferenças na perspectiva da sala de aula e da Universidade como um todo, com o objetivo de entender as **discriminações** e estudar e propor soluções para estes problemas. [...]

### 6º FRAGMENTO

#### 4- Organização Didático-Pedagógica

[...] As atividades acadêmicas estão organizadas em 8 Núcleos de Formação, que são os seguintes:

[...] 6. Núcleo de Projetos Integradores, composto por 3 projetos (340 horas) – Projeto Integrador 1: interdisciplinaridade, Projeto Integrador 2: gênero, **etnia**, **diversidade** e direitos humanos e Projeto Integrador 3: sustentabilidade e meio ambiente.

##### 4.5- Atividades avaliativas e metodologias

[...] na estrutura curricular estão presentes os chamados projetos integradores, que tem o papel de permitir ao licenciando conectar os diferentes saberes desenvolvidos ao longo do curso, tendo como foco os seguintes temas: i) [...] ii) gênero, **etnia**, **diversidade** e direitos humanos e iii) sustentabilidade e meio ambiente. [...]

### 7º FRAGMENTO

#### 6- Corpo Docente

##### 6.2- Política Institucional de Formação Docente

[...] a Universidade conta com instâncias formativas institucionalizadas:

a) Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento do Ensino (DADE), que articula propostas para a efetivação das políticas institucionais de formação docente, a partir de demandas advindas da comunidade acadêmica e dos processos de avaliação. Entre as ações desenvolvidas, merecem destaque os cursos de formação continuada, mais notadamente as atividades promovidas pelo evento semestral, intitulado Semana de Planejamento e Formação Docente, que contemplam temas ligados ao currículo, às metodologias de ensino, ao uso de tecnologias, aos projetos pedagógicos, às exigências do mercado de trabalho, à **diversidade**, à formação humana, etc;

## 8º FRAGMENTO

8. Requisitos legais e normativos

8.3 Demais Diretrizes e Orientações

Educação para as **Relações Étnico-Raciais** e Direitos Humanos

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº01 de 17 de junho de 2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação **das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**.

O Curso de Licenciatura em Física da [REDACTED] contempla estas diretrizes ao incluir na matriz curricular o Projeto Integrador 2 que terá como foco discutir as questões de gênero, **etnia, diversidade** e direitos humanos.

O PPC4 destaca de modo padrão as questões institucionais e as políticas de extensão ao considerar as diversidades culturais na universidade, nos objetivos específicos e o perfil profissional de curso, busca-se formar profissionais para uma atuação capaz de trabalhar com as diversidades. Sobre as atividades de curso e no tocante a organização didática-pedagógica, encontramos os projetos integradores que de modo transversal buscam trabalhar questões de diversidade, etnia e discriminação. Outro destaque no documento se refere as políticas institucionais de formação docente, essa responsável por uma formação continuada para os professores abordando temas como a diversidade. Nos requisitos legais e formativos destacamos a Educação para as Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos, incluindo no currículo o projeto Integrador 2 onde se discute as questões de etnia e diversidade. Destacamos que na matriz curricular do curso é possível encontrar a disciplina eletiva GDE189 Cultura Afro e Indígena.

### 5.1.5- Projeto pedagógico do curso de Letras português/inglês e suas literaturas (PPC5)

O PPC - Projeto Pedagógico do Curso de Letras (Português/ Inglês e suas literaturas), de modalidade presencial, fundamenta-se nas determinações da Constituição da República Federativa do Brasil do ano de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, dos documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), que compõem as bases legais e as diretrizes curriculares nacionais para os cursos

de graduação e, de modo mais específico, para o curso de Licenciatura em Letras elaborado no ano de 2018.

## 1º FRAGMENTO

### 3. PERFIL INSTITUCIONAL

#### 3.4 Inserção regional

[...] O compromisso institucional perpassa pela formação científica e tecnológica, embasada em resultados de suas pesquisas e tecnologias, difundidas aos brasileiros, sem **discriminação** religiosa, **racial, de cor**, de orientação sexual e de classe social. [...].

## 2º FRAGMENTO

### 4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

#### 4.3 Objetivos do curso

##### 4.3.1 Objetivo geral

[...] 6. formar profissionais qualificados para atuarem na docência com múltiplas competências e habilidades, tais como:

[...] ix. compreender as dimensões sociais, políticas, ambientais da prática educativa, o que contempla temáticas como: educação em direitos humanos, diversidades, meio ambiente, **cultura indígena e afro-brasileira**, **relações étnico-raciais**, processos inclusivos.

## 3º FRAGMENTO

### 4.10 Atividades Complementares

#### 4.10.2 Projetos Integradores

[...] os Projetos Integradores buscam atender à legislação vigente que versa sobre a preparação de professores para o desenvolvimento das seguintes questões:

[...] • Resolução CNE/CP N° 1/2004; Parecer CNE/CP 003/2004: que apresentam as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**; • **Lei N° 9.394/96**; **Lei N° 10.639/03**; **Lei N° 11.645/08**: que incluem no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**”;

## 4º FRAGMENTO

### 4.12 Apoio ao discente

. PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional

O programa tem o objetivo de: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; elevar a qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; estimular o espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e, contribuir com a política de **diversidade** na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, **étnico-racial** e de gênero

## 5º FRAGMENTO

## DISCIPLINAS ELETIVAS – GRUPO B

[...]

**Cultura Indígena e Afrobrasileira – GDE208**

Ementa: A construção da história do Brasil como um país mestiço. O pensamento brasileiro em torno da temática da mestiçagem. Aspectos de culturas indígenas e africanas em seu contexto de origem. Contribuições dos povos indígenas e africanos para a formação do Brasil. O direito e o preconceito. A diversidade cultural. Reflexões sobre heterogeneidade cultural e interculturalidade.

O PPC5 tem um primeiro destaque no perfil institucional, reafirmando o compromisso da universidade em romper com discriminação racial e de cor. Na organização didático-pedagógica um dos objetivos é a formação de profissionais preparados para lidar com as diversidades, reforçando o estudo de cultura indígena e afro-brasileira. Buscando atender a legislação, as atividades complementares de curso propõem os projetos integradores que perpassem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. No documento também se destaca o apoio ao discente (PETI) e por fim destaca uma disciplina eletiva GDE208 Cultura Indígena e Afrobrasileira e uma obrigatória GEL205 Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. .

**5.1.6- Projeto pedagógico do curso de licenciatura em Matemática (PPC6)**

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Matemática modalidade presencial foi elaborado no ano de 2017, fundamenta-se nas determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, dos documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), que compõem as bases legais e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação para a formação inicial em nível superior em Licenciatura em Matemática .

**1º FRAGMENTO****2. PERFIL INSTITUCIONAL****2.4 Relações e parcerias institucionais: regional, nacional e internacional**

[...] O compromisso institucional perpassa pela formação científica e tecnológica, embasada em resultados de suas pesquisas e tecnologias, difundidas aos brasileiros, sem **discriminação** religiosa, **racial, de cor**, de orientação sexual e de classe social.

**2º FRAGMENTO****2.6 Responsabilidade social da [REDACTED]**

A [REDACTED], especialmente no que se refere à inclusão social, é comprometida com o ensino público e gratuito de qualidade, com o desenvolvimento econômico e social, com a defesa do meio ambiente, da memória/do patrimônio cultural, da

produção artística, da produção filosófica, do trato à **diversidade**. Essa responsabilidade pauta-se tanto nas relações multidimensionais entre discentes, docentes e técnico-administrativos, nas instâncias de ensino, pesquisa, extensão e gestão, quanto nas relações que a universidade estabelece com a sociedade em geral, com a valorização da sua missão pública, promoção de valores democráticos, respeito à diferença e à diversidade, incluindo, conforme diretrizes federais, a implantação do acesso por **cotas sociais e raciais**.

### 3º FRAGMENTO

#### 3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

##### 3.5 Componentes curriculares

##### 3.5.1. Disciplinas obrigatórias

[...] Disciplinas em conjunto com a Licenciatura em Física

[...] Projeto integrador II: gênero, **etnia, diversidade** e direitos humanos

[...]No Projeto Integrador II, o foco é a **diversidade**, gênero, **etnia** e direitos humanos. Serão trabalhadas as diferenças na perspectiva da sala de aula e da Universidade como um todo, com o objetivo de entender as **discriminações** e estudar e propor ações/soluções para estes problemas.

### 4º FRAGMENTO

#### 3.14 Apoio ao discente

##### 3.14.1 Programas Institucionais de Bolsas na [REDACTED]

##### • PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional

O programa tem o objetivo de: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar; elevar a qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; estimular o espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e, contribuir com a política de **diversidade** na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, **étnico-racial** e de gênero.

### 5º FRAGMENTO

#### 6. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

##### 6.3 Educação para as Relações **Étnico-Raciais** e Direitos Humanos

A Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP n01 de 17 de junho de 2004 institui DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o **Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. O Curso de Licenciatura em Matemática da [REDACTED] contempla estas DCN ao incluir na matriz curricular o Projeto Integrador II que terá como foco discutir as questões de gênero, **etnia, diversidade** e direitos humanos.

No PPC6, assim como o PPC5 o primeiro destaque é sobre o perfil institucional e seu compromisso com a discriminação na universidade. Ainda no que diz respeito a mesma, assume a responsabilidade social no tocante as diversidades e cotas raciais. A organização

didática-pedagógica também inclui um projeto integrador para tratar questões de etnia e diversidade. No documento também se destaca o PETI, e nos requisitos legais e normativos trata da Educação para as Relações Étnico-Raciais e Direitos Humanos. Buscando na matriz curricular se encontra a disciplina GDE208 Cultura Indígena e Afrobrasileira, como disciplina eletiva.

### 5.1.7- Projeto pedagógico do curso de Pedagogia (PPC7)

O Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia modalidade presencial elaborado no ano de 2017, fundamenta-se nas determinações da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 e nos documentos orientadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), que compõem o cursos de graduação em Pedagogia.

#### 1º FRAGMENTO

##### 3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

##### 3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

[...] o profissional egresso tem capacidade de:

[...] VI – identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, **étnico-raciais**, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VII – demonstrar consciência da **diversidade**, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, **étnico-racial**, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

#### 2º FRAGMENTO

##### 3.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

##### 3.6.2 Núcleo de Formação Geral

[...] c) Eixo de Fundamentos das práticas educativas e **diversidade**

O “Eixo de fundamentos das práticas educativas e diversidade” contempla os conteúdos norteadores da ação pedagógica nos diferentes espaços educativos. Consideram-se a **diversidade** e a abordagem multicultural como principal base para promoção de práticas educativas inclusivas. [...]. As disciplinas GDE165 **História e culturas afro-brasileiras e indígenas** e GDE187 Educação para as relações **étnico-raciais**: uma análise discursiva, atendem às orientações do art. 2 da Resolução n.º 1, de 17 de julho de 2014.

#### 3º FRAGMENTO

##### 3.12 APOIO AO DISCENTE

[...] Entre as diversas iniciativas de apoio permanente aos estudantes, destacam-se as seguintes:

- PETi – Programa de Educação Tutorial Institucional O programa tem o objetivo de: desenvolver atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência, mediante constituição de grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e

interdisciplinar; elevar a qualidade da formação acadêmica dos estudantes de graduação; estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica; formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; estimular o espírito crítico, a atuação profissional pautada pela cidadania e pela função social da educação superior; introduzir novas práticas pedagógicas na graduação; contribuir para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação; e, contribuir com a política de **diversidade** na instituição de ensino superior (IES), por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, **étnico-racial** e de gênero.

#### 4º FRAGMENTO

##### 6. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

##### 6.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

[...] O “Eixo de fundamentos das práticas educativas e **diversidade**” contempla os conteúdos norteadores da ação pedagógica nos diferentes espaços educativos. Consideram-se a **diversidade** e a abordagem multicultural como principal base para promoção de práticas educativas inclusivas. Neste eixo as disciplinas GDE165 **História e culturas afro-brasileiras e indígenas** e GDE187 **Educação para as relações étnico-raciais: uma análise discursiva** atendem às orientações do art. 2 da Resolução n.º 1, de 17 de julho de 2014 e as **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**.

Por fim, o PPC7 destaca em sua organização didático pedagógica o perfil do egresso, que trata da capacidade de superar as exclusões étnico raciais. Em seus conteúdos curriculares cita a disciplinas obrigatória GDE165 História e culturas afro-brasileiras e indígenas e a eletiva GDE187 Educação para as relações étnico-raciais: uma análise discursiva. No documento ainda inclui a menção ao PETI, e por fim os requisitos legais sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, reafirmando as disciplinas citadas nos conteúdos curriculares.

#### 5.2- Reflexões e análise dos dados obtidos:

Em um primeiro momento da reflexão dos dados, apresentamos cinco tabelas para uma primeira interpretação de como os PPC's se organizam referente as relações étnico-raciais:

Faz menção a lei 10.639/03
----------------------------



PPC1
PPC3
PPC4
PPC5
PPC7

<b>Faz menção a lei 11.645\08</b>
PPC1
PPC5
PPC7

<b>Possui disciplina obrigatória</b>
PPC3
PPC5
PPC7

<b>Possui disciplina eletiva</b>
PPC1
PPC2
PPC3
PPC4
PPC5
PPC6
PPC7

<b>Disciplinas que contemplam as relações étnico-raciais e indígenas na universidade:</b>
GDE189 - Cultura Afro e Indígena.
GDE208 - Cultura Indígena e Afrobrasileira.
GEL205 - Literaturas Africanas de Língua Portuguesa.

GDE165 - História e culturas afro-brasileiras e indígenas.
--

GDE187 - Educação para as relações étnico-raciais: uma análise discursiva.
--

Após levantamento e destaque dos temas que perpassam as relações étnico raciais, procuramos interpretar e analisar os padrões observados nos PPC's das licenciaturas. Nos pressupostos de Godoy (1995), seria buscar padrões, tendências ou relações implícitas nesses documentos a fim de fazer uma análise que seja significativa e válida para o tema em discussão.

Uma primeira discussão está no tocante as leis 10.639\03 e 11.645\08, como já apresentado por Gomes (2011) essas leis federais tem por garantia ser instrumentos legais que orientem a aplicação de uma educação anti racista e inclusiva nos estabelecimentos de educação. Ao analisar os PPC's das licenciaturas, fica evidente o modo como os cursos vem se articulando em relação as leis e a formação de futuros professores\as.

De oficinas a disciplinas obrigatórias, a universidade não tem um parâmetro único para todos os cursos, cada departamento didático se organiza de modo particular. No que diz respeito a Lei 10.639\03, o PPC2 e o PPC6, Educação Física e Matemática consequentemente, sequer mencionam a Lei, ao abordar as relações étnico raciais nos documentos usam repetidas vezes o substantivo "diversidade" para tratar das diferenças.

A inquietação é ainda maior quando se trata da lei 11.645\08, de sete cursos de formação de professoras e professores apenas três se preocuparam em agregar em seus currículos a lei. O PPC2, PPC3, PPC4 e PPC6 (Ed. Física, Filosofia, Física e Matemática) deixam de fora a temática, ficando evidente que no processo de formulação do Projeto Pedagógico a inserção para tornar o curso dentro da legislação não foi uma preocupação. O fato de existir a lei não significa que a discussão das relações étnico raciais chegue nos cursos, principalmente para os alunos e alunas, futuros professores e professoras.

Resgatando Gatti (2016), a autora trata sobre o\ a professor\ a ter o papel de promover a transformação, dado o atual cenário organizacional desses currículos de licenciatura, é notável uma certa deficiência no debate as relações étnico-raciais, fica a critério do\ a estudante optar em buscar o conhecimento e concretizar a transformação. Como destacamos, todos os cursos em análise dessa Universidade possuem disciplinas eletivas que contemplam o tema, tornando-se um ato político a busca por esses sabres.

Em relação a obrigatoriedade e a preocupação organizacional, destacamos o PPC3, PPC5 e o PPC7 (Filosofia, Letras e Pedagogia), esses possuem em sua matriz curricular disciplinas que abordam as relações étnico raciais contemplando as orientações federais e cumprindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais.

No tocante ao racismo, preconceito e discriminação, em nenhum fragmento dos PPC's analisado é abordado ou destacado o termo racismo, nenhuma discussão sobre foi identificada. Os currículos não falam sobre o racismo, que é uma classificação histórica, termo criando a muito tempo para determinar o processo de dominação branca como foi definido por Almeida (2018). Se os próprios cursos de formação de professores e professoras vão se acomodando com o silêncio, a prática docente será o reflexo da formação. Assim como racismo, o termo preconceito também não é mencionado nos documentos.

Já o termo discriminação aparece nos PPC's de forma branda, é notado no PPC5 e PPC6, porém sua menção não está associada as práticas do curso e sim ao perfil da universidade, como um compromisso que ela tem enquanto instituição, de romper com os preconceitos no meio acadêmico associados a cor de pele, religião e orientação sexual.

## **5- Considerações finais**

A fim desta reflexão, ao buscarmos interpretar e expor a atual conjuntura de como os cursos de formação inicial de professoras e professores vem se articulando no tocante as relações-étnico raciais, fica evidente como a temática não tem sua ideal articulação e aplicação no ensino superior. Ao verificarmos as práticas formativas nos cursos de licenciatura, consideramos que alguns cursos exploram mais e, oferecem mais recursos quanto a temática que outros, e esse era um dos objetivos, onde buscamos levantar as questões para uma análise e debate.

Não buscamos uma solução para tal descuidado, e sim uma possível discussão para uma futura reorganização e rearticulação desses projetos pedagógicos. Superar o racismo está nas nossas ações diárias enquanto professores e professoras, vencer o preconceito e a discriminação tão presente nas escolas é um ato político, a formação docente de qualidade e anti racista é a chave e, emergente para essa problemática histórica.

Faz se necessário abranger esse debate, como observado no trabalho, muitas conquistas se deram a partir de muitas lutas e resistências, como a própria criação das leis 10.639\03 e 11.645\08, de fato a educação tem um papel transformador na sociedade e cabe a nós professores e professoras, assumir a escola como principal espaço de transformações e atuação, reconhecer a escola como um espaço orgânico, o espaço da diferença e da aceitação, do desconhecido e da superação.

Finalizamos com um trecho de uma canção escrita por Thiago Elniño chamada Pedagoginga, para que pensemos juntos e juntas enquanto professores e professoras que tipo de educação queremos colocar em ação. “Eu não entendia porra nenhuma do que a professora me falava, ela explicava, explicava, querendo que eu criasse um interesse num mundo que não tinha nada haver com o meu, não sei se a escola aliena mais do que informa”. E assim, precisamos mudar a escola agora, criar novos modelos pedagógicos, uma nova identidade para o professor e professora, novas histórias a serem contadas. Não superaremos as discriminações sem afetividade, não existe avanços educacionais sem acolhimento e melhoria na autoestima dos e das estudantes.

### **Referências:**

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial. Por um projeto educativo emancipatório. Retratos da Escola, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan/dez. 2008.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPAAE, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. 154 p.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il.

MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. –Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. 344p

SILVA, Petronilha Beatriz. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. Educação, vol. XXX, núm. 63, setembro-dezembro, 2007, pp. 489-506. PUC-RS. Porto Alegre, Brasil

Nóvoa. A. ENTRE A FORMAÇÃO E A PROFISSÃO: ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. Currículo sem Fronteiras, v. 19, n. 1, p. 198-208, jan./abr. 2019

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018 : notas estatísticas. Brasília, 2019.

GATTI, Bernardete A.. Formação de professores: condições e problemas atuais. Revista Internacional de Formação de Professores, [S.l.], p. 161-171, mai. 2016.

Gatti, Bernardete Angelina et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação. – Brasília: UNESCO, 2019

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 35, n. 3, p. 20-29, June 1995

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Cad. Pesqui., São Paulo , n. 114, p. 179-195, Nov. 2001 .

Munanga, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas Sociedade e Cultura, vol. 4, núm. 2, julho-diciembre, 2001, pp. 31-43

VALLE, Camila. Oliveira - INFLUÊNCIAS TEÓRICAS E TEORIA EM GILBERTO FREYRE: um debate sobre a integração social e a “democracia racial” - Estudos de Sociologia, Recife, 2017, Vol. 1 n. 23